

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE FORMAÇÃO DE CONTRATO PÚBLICO

TIPO DE PROCEDIMENTO

Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia
Procedimento n.º 031/12/2022/DCM

OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de contadores volumétricos para água fria potável e aquisição de serviços de substituição de contadores

PEÇA DO PROCEDIMENTO

Caderno de Encargos

CADERNO DE ENCARGOS

(Artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos)

Procedimento Pré-contratual para a formação de contrato de **“AQUISIÇÃO DE CONTADORES VOLUMÉTRICOS PARA ÁGUA FRIA POTÁVEL E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES”**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Aprovado em

____/____/____

O Presidente do Conselho de Administração

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS	5
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES	5
CLÁUSULA 2ª – OBJETO CONTRATUAL.....	5
CLÁUSULA 3ª – DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE (M) O (S) CONTRATO (S)	6
CLÁUSULA 4ª – PREÇO BASE	7
CLÁUSULA 5ª – PRAZO DE EXECUÇÃO	8
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	8
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	8
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	8
CLÁUSULA 6ª – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO.....	8
CLÁUSULA 7ª – OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES	10
CLÁUSULA 8ª – FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	11
CLÁUSULA 9ª – TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE	12
CLÁUSULA 10ª – CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA	13
SUBSECÇÃO II – DEVER DE SIGILO	13
CLÁUSULA 11ª – OBJETO DO DEVER DE SIGILO	13
CLÁUSULA 12ª – PRAZO DO DEVER DE SIGILO	13
CLÁUSULA 13ª – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E RGPD	13
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DA ABMG.....	16
CLÁUSULA 14ª – PREÇO CONTRATUAL	16
CLÁUSULA 15ª – REVISÃO DE PREÇOS	17
CLÁUSULA 16ª – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	17
CLÁUSULA 17ª – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	18

CLÁUSULA 18ª – ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DO CONTRATO	18
CLÁUSULA 19ª – SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS	19
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	20
CLÁUSULA 20ª – PENALIDADES CONTRATUAIS	20
CLÁUSULA 21ª – FORÇA MAIOR.....	21
CLÁUSULA 22ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DA ABMG	22
CLÁUSULA 23ª – INCUMPRIMENTO IMPUTÁVEL À ABMG	23
CLÁUSULA 24ª – RESPONSABILIDADES	23
CLÁUSULA 25ª – RECLAMAÇÕES.....	23
CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	24
CLÁUSULA 26ª – FORO COMPETENTE.....	24
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	24
CLÁUSULA 27ª – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO	24
CLÁUSULA 28ª – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	25
CLÁUSULA 29ª – CONTAGEM DOS PRAZOS	25
CLÁUSULA 30ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	25
PARTE II – CLÁUSULAS ESPECIAIS.....	26
CLÁUSULA 31ª – REGRAS GERAIS.....	26
CLÁUSULA 32ª – IDENTIFICAÇÃO E FARDAMENTO.....	26
CLÁUSULA 33ª – RELACIONAMENTO COM O CLIENTE	27
CLÁUSULA 34ª – REQUISITOS GERAIS APLICÁVEIS AO SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES	28
CLÁUSULA 35ª – REGRAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A SUBSTITUIÇÃO DE TUBAGENS	30
CLÁUSULA 36ª – REGRAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A LIMPEZA DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	31
CLÁUSULA 37ª – AVARIAS DURANTE A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	31

CLÁUSULA 38ª – CONTADORES DANIFICADOS	31
CLÁUSULA 39ª – DETEÇÃO DE SITUAÇÕES FRAUDULENTAS.....	32
CLÁUSULA 40ª – MEIOS TÉCNICOS E HUMANOS A AFETAR À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES	32
CLÁUSULA 41ª – QUANTIDADES ESTIMADAS	34
CLÁUSULA 42ª – ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO	38
CLÁUSULA 43ª – RECEÇÃO DOS BENS OBJETO DO CONTRATO	39
CLÁUSULA 44ª – INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS.....	39
CLÁUSULA 45ª – ACEITAÇÃO DOS BENS	40
CLÁUSULA 46ª – GARANTIA TÉCNICA	40
CLÁUSULA 47ª – CARACTERÍSTICAS DOS CONTADORES.....	41

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES

Para efeitos do disposto no presente Caderno de Encargos e nos seus anexos, os seguintes termos, quando grafados em SMALL CAPS, no singular ou no plural, e salvo se do Caderno de Encargos resultar claramente sentido diferente, têm os seguintes significados:

- a) ADJUDICATÁRIO/ PRESTADOR DE SERVIÇOS/ FORNECEDOR: Empresa ou grupo de empresas consorciadas a quem vier a ser adjudicado este procedimento;
- b) CE: Caderno de Encargos;
- c) CONTRATO: Aquisição de contadores volumétricos para água fria potável e aquisição de serviços de substituição de contadores;
- d) CCP: Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- e) ENTIDADE CONTRATANTE: ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., adiante abreviadamente designada por ABMG;
- f) RGPD: o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

CLÁUSULA 2ª – OBJETO CONTRATUAL

O presente CE compreende as cláusulas a incluir no CONTRATO a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto o fornecimento de contadores de água e a prestação de serviços de substituição de contadores, com observância das especificações técnicas e das disposições normativas constantes do presente CE, nos seguintes termos:

- a) Fornecimento de até 11.000 contadores e acessórios de ligação;
- b) Prestação de serviços de substituição de até 10.000 contadores.

CLÁUSULA 3ª – DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE (M) O (S) CONTRATO (S)

1 – O CONTRATO é reduzido a escrito.

2 – Faz parte integrante do CONTRATO, quando este for reduzido a escrito, um clausulado que deve conter os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do CONTRATO;
- c) A descrição do objeto do CONTRATO;
- d) O preço contratual ou preço a receber pela ENTIDADE CONTRATANTE ou, na impossibilidade do seu cálculo, os elementos necessários à sua determinação;
- e) O prazo de execução das principais prestações objeto do CONTRATO;
- f) Os ajustamentos aceites pelo ADJUDICATÁRIO;
- g) A referência à caução prestada pelo ADJUDICATÁRIO;
- h) Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao CONTRATO, a realizar no ano económico da celebração do mesmo, ou no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o CONTRATO em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa;
- i) A identificação do gestor do CONTRATO em nome da ENTIDADE CONTRATANTE, nos termos do artigo 290.º A do CCP;
- j) As eventuais condições de modificação do CONTRATO expressamente previstas no CE, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.

3 – Fazem sempre parte integrante do CONTRATO, independentemente da sua redução a escrito:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do CE identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao CE;
- c) O CE;
- d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo ADJUDICATÁRIO.

4 – Sempre que a ENTIDADE CONTRATANTE considere conveniente, o clausulado do CONTRATO pode também incluir uma reprodução do CE completada por todos os elementos resultantes dos documentos referidos nas alíneas a), b), d) e e) do número anterior.

5 – A ENTIDADE CONTRATANTE pode excluir expressamente do CONTRATO os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do CONTRATO não regulados pelo CE e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

6 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

7 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do CONTRATO, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo ADJUDICATÁRIO nos termos do disposto no art.º 101.º do CCP.

CLÁUSULA 4ª – PREÇO BASE

1 – Para efeitos de limitação do Preço Contratual e nos termos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base total para efeitos do presente procedimento é de **569.150,76 €** (quinhentos e sessenta e nove mil, cento e cinquenta euros e setenta e seis cêntimos).

2 – A estes valores acresce o respetivo IVA à taxa legal em vigor.

3 – O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ABMG, incluindo, nomeadamente, os relativos a carga, transporte e descarga dos bens objeto do CONTRATO.

4 – São da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

5 – Caso a ENTIDADE CONTRATANTE venha a ser demandada por ter infringido, na execução do CONTRATO, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o ADJUDICATÁRIO indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

CLÁUSULA 5ª – PRAZO DE EXECUÇÃO

1 – O CONTRATO mantém-se em vigor pelo prazo necessário a assegurar o fornecimento e a prestação de serviços objeto deste CONTRATO, de forma continuada, pelo período correspondente a 3 (três) anos contados da data da sua outorga ou até à data em que o preço pago pelo fornecimento e pela execução dos trabalhos perfaça o valor do preço base fixado, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do CONTRATO.

2 – Cada um dos trabalhos deverá ser executado, pelo ADJUDICATÁRIO, nos prazos máximos a seguir indicados, por tipologia:

a) Substituição de contador (por lote) – 10 dias úteis;

3 – O FORNECEDOR deverá entregar à ABMG cada remessa de contadores no prazo de 20 dias úteis após o envio da “Nota de Encomenda” a FORNECEDOR.

4 – Para efeitos de execução do serviço de substituição, considera-se que cada equipa, constituída por 2 operários/ técnicos, procede, em média, à substituição de 20 contadores por dia.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 6ª – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente CE ou nas cláusulas contratuais, da celebração do CONTRATO decorrem para o ADJUDICATÁRIO, como obrigação principal, a execução de trabalhos de substituição de contadores para medição de consumos de água, com observância pelas especificações técnicas deste CE.

2 – Os serviços a prestar compreendem:

- Fornecimento de contadores e acessórios de ligação, de acordo com as especificações técnicas constantes da Parte II do CE;
- Retirada de contadores antigos e instalação de novos contadores, isto é, substituição, incluindo acessórios de ligação.

-
- 3 – Os selos serão os únicos bens que serão fornecidos pela ABMG, no âmbito do presente CONTRATO.
- 4 – Os contadores retirados devem ser entregues pelo ADJUDICATÁRIO à ABMG, nos Serviços Centrais da Carapinheira.
- 5 – Qualquer dano provocado pelo ADJUDICATÁRIO no manuseamento (quebra de tampa, quebra do corpo do contador, rosca amolgada, etc.), bem como a perda do contador, será objeto de relatório a elaborar pelo ADJUDICATÁRIO e sujeito à apresentação e apreciação da ABMG, a qual lhe imputará os encargos inerentes àquele.
- 6 – No âmbito da prestação de serviços, o ADJUDICATÁRIO tem de estabelecer um contacto prévio com o Cliente, identificando-se e informando da sua missão. Quando o contador estiver instalado no interior da habitação, ou em local não acessível, e o Cliente não se encontrar em casa, deverá o PRESTADOR DE SERVIÇOS deixar uma notificação a solicitar o reagendamento da intervenção.
- 7 – Os trabalhadores do ADJUDICATÁRIO, na execução dos trabalhos, devem apresentar-se devidamente fardados e identificados com o cartão a que se refere o ponto 9 desta cláusula.
- 8 – A farda é da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO e deve apresentar boas condições de utilização e limpeza.
- 9 – O modelo do cartão de identificação dos trabalhadores do ADJUDICATÁRIO para execução dos trabalhos, a que se refere o número 7, será fornecido pela ABMG.
- 10 – O ADJUDICATÁRIO, antes da celebração do CONTRATO, tem de apresentar à ABMG uma lista nominativa da equipa técnica a afetar à prestação de serviços.
- 11 – O ADJUDICATÁRIO, quando pretenda proceder à substituição de colaborador(es) afeto(s) à prestação de serviços, obriga-se a solicitar, previamente e por escrito, autorização à ABMG.
- 12 – O ADJUDICATÁRIO obriga-se a proceder à substituição de colaborador(es) por outro(s) com, pelo menos, iguais qualificações, em caso de impedimento, férias ou ausência prolongada, ou quando solicitado e justificado pela ABMG.
- 13 – O ADJUDICATÁRIO fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, nomeadamente, no que se refere à aptidão e formação profissional, disciplina e remunerações, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

14 – Constitui encargo do ADJUDICATÁRIO o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.

15 – Na prestação de serviços, objeto do presente CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da medicina, segurança e higiene, relativamente a todo o pessoal afeto à prestação de serviços, sendo da sua responsabilidade os encargos que daí resultem.

16 – A ABMG reserva o direito de, em qualquer fase de execução contratual, solicitar ao ADJUDICATÁRIO a exibição dos documentos comprovativos de tal cumprimento, a observar documentos que este se obriga a entregar, bem como a visitar as instalações do ADJUDICATÁRIO para aferir do cumprimento de tais práticas.

17 – O ADJUDICATÁRIO é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou doença profissional, devendo apresentar à ABMG uma declaração, atestando que todos os técnicos que colaboram ou venham a colaborar na prestação de serviços são alvo de exames de saúde, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA 7ª – OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste CE ou nas cláusulas contratuais, da celebração do CONTRATO decorrem, para o ADJUDICATÁRIO, as seguintes obrigações gerais:

- a) Executar os serviços que integram o objeto do CONTRATO tal como descrito neste CE, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta as especificações e requisitos técnicos indicados nas cláusulas deste CE e nos termos da legislação aplicável;
- c) Executar todos os trabalhos administrativos de controlo e reporte dos serviços emitidos;
- d) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões;
- e) Entregar os manuais e documentos de todos os equipamentos e materiais utilizados;

- f) Transportar os contadores dos locais de armazenamento da ABMG para os locais de instalação, bem como dos locais de instalação para os de armazenamento;
- g) Recolher, transportar e entregar a destino final adequado os equipamentos e/ ou materiais sem utilidade, bem como de todos os resíduos que produza durante a execução do CONTRATO, de acordo com a legislação em vigor;
- h) O ADJUDICATÁRIO deverá:
 - a. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da ABMG;
 - b. Prestar as informações que forem solicitadas pela ABMG;
 - c. Nomear um responsável que será o contacto com o responsável da ABMG.

CLÁUSULA 8ª – FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1 – A execução dos serviços será efetuada, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, em função das necessidades da ABMG e nos prazos fixados na cláusula 5ª.

2 – O ADJUDICATÁRIO elaborará e apresentará à ABMG, com uma periodicidade mensal, até ao 5.º dia útil do mês seguinte ao da execução do trabalho, um Relatório de Atividades contendo a evolução de todas as operações e trabalhos realizados em cumprimento das obrigações emergentes do CONTRATO, contendo, nomeadamente, informações relativas a:

- Quantidade de fornecimentos/ trabalhos realizados, com indicação do n.º da Encomenda a FORNECEDOR e/ ou Ordem de Serviço ou outras que se revelem fundamentais para a correta identificação do serviço;
- Não conformidades/ desconformidades detetadas;
- Eventuais propostas, recomendações ou sugestões de melhoria.

3 – A ABMG procede à análise dos documentos entregues pelo ADJUDICATÁRIO e reserva-se o direito de fazer inspeção dos materiais e/ ou trabalhos executados, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos definidos no presente CE, na proposta do ADJUDICATÁRIO, bem como outros requisitos exigidos por lei.

4 – Na análise e inspeção a que se refere o número anterior, o ADJUDICATÁRIO deve prestar à ABMG toda a cooperação e esclarecimentos necessários.

5 – No caso da análise da ABMG, a que se refere o n.º 3, não comprovar a conformidade dos trabalhos ou dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem

discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no CE, a ABMG, deve disso informar, por escrito, o ADJUDICATÁRIO.

6 – No caso previsto no número anterior, o ADJUDICATÁRIO deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela ABMG, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos no presente CE.

7 – Após a realização, pelo ADJUDICATÁRIO, das alterações e complementos necessários, a ABMG procede a nova análise, nos termos do n.º 3.

8 – Caso a análise, a que se refere o n.º 3, comprove a conformidade dos trabalhos e/ ou dos elementos entregues com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos neste CE, deve ser emitida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação.

9 – É da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO a resolução de avarias que ocorram durante a realização dos trabalhos, da forma mais rápida e eficaz, sem quaisquer encargos para o Cliente e para a ABMG.

10 – Destas avarias não pode resultar qualquer deficiência no serviço de abastecimento de água do Cliente, a não ser durante o espaço de tempo estritamente necessário para a reparação das avarias.

11 – Eventuais danos emergentes, ou consequência destas avarias, são da inteira responsabilidade do ADJUDICATÁRIO, que os deve assumir imediatamente perante os lesados.

CLÁUSULA 9ª – TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE

1 – Os elementos apresentados pelo ADJUDICATÁRIO, ao abrigo do CONTRATO, passam a integrar a propriedade da ABMG, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2 – Pela cessão dos direitos, a que alude o número anterior, não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente CE.

CLÁUSULA 10ª – CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA

O ADJUDICATÁRIO fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à ABMG, em execução do CONTRATO, às exigências legais, obrigações do ADJUDICATÁRIO e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de prestação de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

SUBSECÇÃO II – DEVER DE SIGILO

CLÁUSULA 11ª – OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1 – O ADJUDICATÁRIO deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à ABMG, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do CONTRATO.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinando direta e exclusivamente à execução do CONTRATO.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pelo ADJUDICATÁRIO, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 12ª – PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar da data do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do CONTRATO, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 13ª – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E RGPD

1 – O ADJUDICATÁRIO obriga-se, durante a vigência do CONTRATO e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela ABMG, ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do CONTRATO ou por causa dele.

2 – Os dados pessoais a que o PRESTADOR DE SERVIÇOS tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pela ABMG, ao abrigo do CONTRATO serão tratados em estrita observância das instruções desta empresa e da legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente, com o RGPD.

3 – O PRESTADOR DE SERVIÇOS compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pela ABMG, ao abrigo do CONTRATO, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela ABMG.

4 – O PRESTADOR DE SERVIÇOS aceita que a ABMG recorra a outras entidades subcontratadas exclusivamente com o intuito de prestar serviços a que o PRESTADOR DE SERVIÇOS não consiga dar resposta, sempre no âmbito das atribuições definidas pela ABMG.

5 – Caso o PRESTADOR DE SERVIÇOS subcontrate outras entidades (mediante prévia autorização escrita da ABMG, nos termos previstos no CCP) para a prestação de serviços previamente definidos pela ABMG, o PRESTADOR DE SERVIÇOS será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

6 – O PRESTADOR DE SERVIÇOS obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na LPDP e na demais legislação aplicável, nomeadamente, com o RGPD, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o mesmo celebra com outras entidades por si subcontratadas.

7 – O PRESTADOR DE SERVIÇOS obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no RGPD e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e, nomeadamente, a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ABMG, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste CONTRATO;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a ABMG esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da ABMG, contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar à ABMG toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do CONTRATO, e manter a ABMG informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à ABMG;
- g) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no CONTRATO;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- j) Prestar a assistência necessária à ABMG no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos Direitos Previstos no RGPD, nomeadamente, o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados;
- k) Garantir mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais;
- l) Disponibilizar as informações necessárias para demonstrar o cumprimento do RGPD, bem como colaborar com auditorias ou inspeções, conduzidas pela ABMG, ou por outro auditor por esta mandatado.

8 – O PRESTADOR DE SERVIÇOS será responsável por qualquer prejuízo em que a ABMG venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ ou do disposto no CONTRATO.

9 – Para efeitos do disposto no n.º 8 e na alínea g) do n.º 7 da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao ADJUDICATÁRIO/ PRESTADOR DE SERVIÇOS, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o ADJUDICATÁRIO e o referido colaborador.

10 – A obrigação de sigilo, prevista na alínea d) do número 7 da presente cláusula, mantém-se mesmo após a cessação do CONTRATO, independentemente do motivo porque ocorra.

SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DA ABMG

CLÁUSULA 14ª – PREÇO CONTRATUAL

1 – Pelo fornecimento e pela prestação de serviços objeto do CONTRATO, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, a ABMG deve pagar ao ADJUDICATÁRIO os preços unitários constantes da proposta, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 – O preço total é estimado, pode ser variável em função das quantidades de fornecimentos e serviços efetivamente prestados, razão pela qual a ABMG apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.

3 – As quantidades apresentadas no presente CE são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado.

4 – Caso venha a verificar-se que o valor dos fornecimentos e dos serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente às quantidades estimadas apresentadas nas cláusulas deste CE, o ADJUDICATÁRIO não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 381.º, aplicável de acordo com o n.º 6 do artigo 454.º, ambos do CCP.

5 – O ADJUDICATÁRIO não pode recusar a execução de quantidades de trabalhos superiores às estimadas.

6 – O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ABMG, nomeadamente, os relativos aos

meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento, acondicionamento, manutenção, recolha de contadores substituídos, ecotaxas legalmente devidas, seguros necessários, custos operacionais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.

CLÁUSULA 15ª – REVISÃO DE PREÇOS

1 – A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante o CONTRATO, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na sua atual redação.

2 – A revisão de preços obedece a uma fórmula tipo, adaptada a partir da fórmula tipo F21 do Despacho n.º 2263/2004, de 12 de outubro:

Índice	a	M03	M18	M20	M22	M24	M32	M43	M50	c	d
(1)	0,33	-	-	-	0,04	-	-	-	0,35	0,18	0,1

3 – A revisão de preços é aplicável apenas aos itens 1, 2 e 3 da Lista de Preços Unitários.

CLÁUSULA 16ª – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 – As quantias devidas pela ABMG, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção, pela ABMG, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 – Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida:

2.1 – No que respeita ao simples fornecimento de contadores, com a assinatura do auto de receção a que se refere o n.º 1 da cláusula 45ª deste CE.

2.2 – No que respeita ao serviço de substituição de contadores (a qual inclui o fornecimento do respetivo contador), após a emissão da respetiva declaração de aceitação pela ABMG do Relatório Mensal de Atividades previsto no n.º 2 da cláusula 8ª.

3 – Em caso de discordância por parte da ABMG, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao ADJUDICATÁRIO, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o ADJUDICATÁRIO obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 – Em caso de atraso da ABMG no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o ADJUDICATÁRIO direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, pelo período correspondente à mora, calculados à taxa de juro fixada no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil para o incumprimento das obrigações civis.

CLÁUSULA 17ª – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES

1 – São fornecimentos e serviços complementares aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no CONTRATO.

2 – É aplicável, aos fornecimentos e serviços complementares, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 370.º a 381.º do CCP.

CLÁUSULA 18ª – ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DO CONTRATO

1 – Para o acompanhamento da execução do CONTRATO, a ABMG poderá requerer ao ADJUDICATÁRIO reuniões de acompanhamento à execução do CONTRATO.

2 – Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo ADJUDICATÁRIO devem ser integralmente redigidos em português.

3 – O ADJUDICATÁRIO obriga-se a dispor de um responsável pela execução do CONTRATO.

4 – Após a assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico.

5 – As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.

6 – O ADJUDICATÁRIO deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes, através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à ABMG.

7 – Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a ABMG e o ADJUDICATÁRIO. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

CLÁUSULA 19ª – SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS

1 – Seguro de Responsabilidade Civil:

- a) O ADJUDICATÁRIO subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral, e à ABMG em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
- b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da apólice que a ENTIDADE CONTRATANTE será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
- c) O ADJUDICATÁRIO é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação, no valor mínimo de 100.000,00 € (cem mil euros), por sinistro e anuidade.

2 – Seguro de acidentes de trabalho:

- a) O ADJUDICATÁRIO ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal;
- b) O ADJUDICATÁRIO obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do CONTRATO, nos termos da legislação em vigor.

3 – O ADJUDICATÁRIO obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na prestação de serviços, bem como todas as pessoas neles transportadas, na qualidade de passageiros, sejam quem for estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.

4 – Os encargos referentes aos seguros impostos por este CE, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do ADJUDICATÁRIO.

5 – A ABMG pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o ADJUDICATÁRIO fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 20ª – PENALIDADES CONTRATUAIS

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do CONTRATO, a ABMG pode exigir do ADJUDICATÁRIO o pagamento de uma pena pecuniária, que pode ser cumulada com outras cujos pressupostos se mostrem verificados, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento dos prazos indicados no número 2 da cláusula 5ª deste CE, até 20% do preço contratual da respetiva intervenção, por cada dia de atraso;
- b) Pelo incorreto preenchimento da “Ordem de Serviço” (ou não envio dos elementos associados), conforme este CE, nomeadamente, alínea q) do n.º 1 da cláusula 34ª, até 100% do preço contratual da respetiva intervenção, caso a correção da mesma não seja efetuada até 24 h após a solicitação da correção;
- c) Pelo incumprimento da data e hora agendada com o Cliente, ou pelo não agendamento da intervenção, até 100% do preço contratual da respetiva intervenção, caso daí resulte uma reclamação por parte do Cliente;
- d) Pelo incumprimento da obrigação prevista na cláusula 32ª deste CE, até 50% do preço das intervenções realizadas em incumprimento;
- e) Pelo incumprimento do prazo indicado no n.º 3 da cláusula 5ª deste CE, até 20% do preço contratual do respetivo fornecimento;
- f) Pela rejeição dos contadores a entregar no âmbito de cada uma das diferentes entregas parciais, com base na realização de testes de pressão e de caudal nos termos previstos na cláusula 44ª deste CE, até 20% do preço contratual referente à remessa em questão, sem prejuízo do direito de resolução previsto;
- g) Pelos danos causados nas tubagens existentes a montante ou a jusante do contador, ou pelos danos causados na caixa de contador (quando existente), ou pela deficiente execução do serviço de substituição que origine perdas de água ou outras que determinem deslocação ao local, pela ABMG ou pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS, 100% do valor do respetivo serviço, bem como as necessárias reparações a que tenha de haver lugar.

- 2 – A aplicação das sanções pecuniárias previstas no número anterior não pode exceder o valor acumulado de 20% do preço contratual.
- 3 – Em caso de resolução do CONTRATO por incumprimento do ADJUDICATÁRIO, a ABMG pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
- 4 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo ADJUDICATÁRIO ao abrigo das alíneas previstas no n.º 1, que tenham determinado a respetiva resolução.
- 5 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a ABMG tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do ADJUDICATÁRIO e as consequências do incumprimento.
- 6 – A ABMG pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do CONTRATO com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, sem prejuízo da possibilidade, alternativa ou combinada, da mobilização das garantias prestadas.
- 7 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a ABMG exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 8 – Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número 3 e o contraente público decida não proceder à resolução do CONTRATO, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

CLÁUSULA 21ª – FORÇA MAIOR

- 1 – Não podem ser impostas penalidades ao ADJUDICATÁRIO, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do CONTRATO e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do PRESTADOR DE SERVIÇOS na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades em que este se integre, bem como as sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do PRESTADOR DE SERVIÇOS cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do PRESTADOR DE SERVIÇOS não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguro.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente igual ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 22ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DA ABMG

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do CONTRATO previstos na lei, a ABMG pode resolver o CONTRATO, a título sancionatório, no caso de o FORNECEDOR violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, nos seguintes casos:

- a) Atraso, parcial ou total, superior a 2 (dois) meses no fornecimento das remessas de contadores objeto do CONTRATO, ou declaração escrita do FORNECEDOR de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

- b) Rejeição, pela 3ª (terceira) vez – independentemente da fase de execução do CONTRATO em que ocorram, das remessas de contadores entregues, com base na inspeção e ensaios de receção levados a cabo pela ABMG para o efeito;
- c) Rejeição, pela 2ª (segunda) vez da mesma remessa de contadores a entregar, com base na inspeção e testes levados a cabo pela ABMG para o efeito;
- d) Atraso, total ou parcial, na execução dos serviços superior a 30 (trinta) dias, ou declaração escrita do FORNECEDOR de que o atraso em determinada execução excederá esse prazo.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao FORNECEDOR e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela ABMG.

CLÁUSULA 23ª – INCUMPRIMENTO IMPUTÁVEL À ABMG

Se a ABMG praticar ou der causa a facto de onde resulte maior dificuldade na execução do CONTRATO, com agravamento dos encargos respetivos, o ADJUDICATÁRIO tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do CONTRATO, nos termos e com os efeitos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 354.º do CCP, que constitui disciplina do presente CE.

CLÁUSULA 24ª – RESPONSABILIDADES

O ADJUDICATÁRIO é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da ABMG, a título culposo ou objetivo, que resultem casualmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 296.º do CCP.

CLÁUSULA 25ª – RECLAMAÇÕES

As reclamações dos Clientes sobre serviço deficiente ou sobre danos provocados durante a execução do serviço, ou surgidos posteriormente, serão encaminhadas, de imediato, para o ADJUDICATÁRIO que deverá resolver as causas da reclamação e assumir os encargos respetivos e a responsabilidade pelos danos patrimoniais ou extrapatrimoniais provocados, enviando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à ABMG, relatório sobre a situação, onde se refira as medidas que foram adotadas.

CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 26ª – FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do CONTRATO fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 27ª – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

- 1 – A ABMG pode, a todo o tempo, e mediante mera notificação escrita ao ADJUDICATÁRIO, ceder a sua posição contratual.
- 2 – A cessão e a subcontratação pelo ADJUDICATÁRIO carecem de autorização prévia e escrita da ABMG, sendo admitida nos termos previstos no CCP.
- 3 – Verificando-se o incumprimento, pelo ADJUDICATÁRIO, das suas obrigações assumidas com a celebração do CONTRATO, que preencham os requisitos da resolução do CONTRATO, a ABMG pode, em alternativa à resolução do CONTRATO, ordenar a cedência da posição contratual do ADJUDICATÁRIO ao(s) concorrente(s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do CONTRATO em execução, pela ordem sequencial daquele procedimento.
- 4 – Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a ABMG interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo CONTRATO para a adjudicação da conclusão dos serviços.
- 5 – A execução do CONTRATO ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 6 – A cessão da posição contratual opera por mero efeito do ato da ABMG, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
- 7 – Os direitos e obrigações da ABMG, desde que constituídos em data anterior à data de notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
- 8 – As obrigações assumidas pelo cocontratante, depois da notificação referida no n.º 6 desta cláusula, apenas vinculam a entidade cessionária quando esta assim o declare, após a cessão.

9 – A caução e as garantias prestadas pelo cedente são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas 6 (seis) meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela ABMG aos respetivos depositários ou emitentes.

10 – A posição contratual do cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

CLÁUSULA 28ª – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do CONTRATO, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no CONTRATO.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do CONTRATO deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 29ª – CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no CONTRATO são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 30ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O CONTRATO é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II – CLÁUSULAS ESPECIAIS

CLÁUSULA 31ª – REGRAS GERAIS

1 – Os técnicos ao serviço do ADJUDICATÁRIO, afetos à execução do CONTRATO, devem pautar a sua atividade por regras de conduta, de apresentação e de relacionamento que nunca ponham em causa a imagem da ABMG, bem como a segurança, privacidade e dignidade dos Clientes daquela.

2 – Os técnicos designados pelo ADJUDICATÁRIO devem possuir formação académica e técnica que garanta a qualidade do serviço, designadamente, quanto à clareza das informações a prestar, à forma como utilizam os equipamentos e ferramentas e os materiais adequados a cada intervenção, ao modo como manobram os dispositivos e órgãos do sistema de abastecimento de água e boa receptividade à formação necessária à sua atividade.

3 – As visitas aos Clientes da ABMG serão efetuadas entre as 09:00 h e as 19:00 h, sendo que qualquer visita que não se enquadre dentro deste período horário deve ter a prévia autorização da ABMG.

4 – As deslocações aos estabelecimentos (comércio/ indústria) serão efetuadas dentro daquele horário, mas tendo em conta o período de funcionamento de cada um dos estabelecimentos, devendo o ADJUDICATÁRIO adaptar o itinerário a esta circunstância e evitar perturbar o funcionamento da atividade.

5 – A observação e anotação de informações relativas à realização de cada serviço pelo ADJUDICATÁRIO na respetiva “Ordem de Serviço” facilita, em caso de necessidade, as tarefas subsequentes, pelo que são de carácter obrigatório. O incumprimento desta obrigação pelo ADJUDICATÁRIO constitui o mesmo que a execução incorreta do serviço e incorre na respetiva penalidade.

CLÁUSULA 32ª – IDENTIFICAÇÃO E FARDAMENTO

1 – Os técnicos do ADJUDICATÁRIO devem apresentar, em local bem visível, o documento de identificação (modelo fornecido pela ABMG).

2 – O documento referido no número anterior deve ser exibido sempre que seja solicitado, constituindo um comportamento inadequado a recusa de identificação, sendo motivadora do afastamento do técnico respetivo da presente prestação de serviços.

3 – Compete ao ADJUDICATÁRIO garantir, em permanência, que os técnicos se apresentem, em termos de vestuário, com uniforme adequado aos serviços a realizar e de acordo com as normas de segurança e higiene no trabalho, devendo o vestuário dignificar a empresa que representam e a ABMG.

4 – Compete ao ADJUDICATÁRIO garantir que no uniforme conste, bem visível, a especificação: “Assistência Local – Ao Serviço da ABMG, E.I.M., S.A.”.

5 – O ADJUDICATÁRIO dispõe do prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de celebração do CONTRATO, para garantir o cumprimento das obrigações constantes do número anterior.

CLÁUSULA 33ª – RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

1 – O técnico só entrará nos domicílios dos Clientes quando acompanhado por adultos. Caso só se encontrem menores e não havendo a possibilidade de ser acompanhado por um vizinho residente ou pela(o) porteira(o), o técnico não entrará na residência, devendo registar a ocorrência.

2 – Poderá acontecer que quando o técnico tentar bater a uma porta esta se encontre aberta, sem ninguém a atendê-lo. Isto poderá ser consequência de esquecimento do proprietário/arrendatário ou devido a outro fator, nomeadamente, ato criminoso recente. Por tudo isto, não deverá entrar no local, devendo tentar alertar os vizinhos ou a(o) porteira(o) para aquele facto.

3 – Em prédios onde haja porteira(o) é aconselhável que o técnico se lhe dirija inicialmente, visto que é usual possuir chaves de acesso a vários locais.

4 – O técnico ao tocar à campainha, ou bater à porta, deve aguardar o tempo que se considere razoável para que possa ser atendido. Alerta-se que há pessoas idosas com dificuldade de movimentos e casas com divisões distantes da entrada. No caso de serviço com horários pré-definidos, o técnico deverá dar um período de tolerância, mínimo, de 10 (dez) minutos, relativamente ao horário marcado.

5 – Se alguém informar o técnico de que determinado Cliente não está em casa, mesmo assim, o técnico deve tocar à porta, pois por outra entrada ou sem conhecimento de quem deu a informação, alguém poderá, entretanto, ter chegado à residência.

6 – O mesmo procedimento referido no número anterior deve ser tido em relação a lojas fechadas, mesmo que protegidas com cadeados ou entaipadas. Poderá existir outra porta de acesso ao local e, portanto, encontrar-se alguém no interior.

7 – Ao técnico é vedado entrar na casa de qualquer Cliente se esta estiver no momento desabitada. Quando uma chave estiver na posse da(o) porteira(o) ou de um vizinho, só deve entrar desde que a pessoa detentora da chave o acompanhe. Se não for possível o acompanhamento, o técnico não deve entrar, anotando a ocorrência.

8 – Nos contadores colocados em nichos fechados à chave, o técnico deve procurar que seja o possuidor da chave a abri-los. Terá, no entanto, em consideração, casos de pessoas idosas, deficientes ou outros, para quem se pode ter a delicadeza da ajuda.

9 – Se o Cliente abrir a porta tardiamente, quando o técnico, embora acessível, já se encontra a abandonar o local, este deve voltar atrás e executar o serviço, evitando quaisquer comentários sobre a demora do Cliente. O mesmo deve suceder se o Cliente encontrar o técnico na via pública.

10 – Quando o técnico verificar que a casa está desabitada, por abandono ou falecimento do contratante, ou que o consumo está a ser feito por pessoa diferente do Cliente inscrito, executará o serviço e participará a ocorrência.

11 – No caso dos trabalhos que não são executados por motivos estranhos ao ADJUDICATÁRIO, tal como ausência de quem facilite, ao técnico, o acesso ao local do contador, deverá ser deixado por este o respetivo impresso de aviso, completa e corretamente preenchido. Este aviso será apresentado e entregue ao ADJUDICATÁRIO após a celebração do CONTRATO. Os factos devem ser registados.

CLÁUSULA 34ª – REQUISITOS GERAIS APLICÁVEIS AO SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES

1 – Na execução dos diversos serviços incluídos neste CONTRATO o ADJUDICATÁRIO deverá ter em atenção os seguintes requisitos:

- a) Marcar a data/ hora com o Cliente, de modo a que o mesmo possa estar presente, para a correspondente substituição do contador. Os horários a marcar com o Cliente deverão ser balizados num intervalo máximo de 2 horas, e marcados no mínimo de véspera, preferencialmente, por escrito;

- b) O ADJUDICATÁRIO deverá guardar registo das marcações efetuadas, dado que a sua confirmação/ prova poderá ser solicitada pela ABMG, quando necessário, nomeadamente, para resposta a reclamações;
- c) Avaliar se as condições existentes na instalação estão em conformidade com o especificado pela ABMG, nomeadamente, as normas da ABMG para instalação das caixas de contador, constantes do Anexo I a este CE. Caso as condições existentes não estejam em conformidade, o ADJUDICATÁRIO deverá proceder na mesma à substituição do contador. Essa informação de desconformidade deverá ser assinalada na respetiva “Ordem de Serviço”;
- d) Avaliar se é necessária a colocação de sinalização temporária no local, previamente, à intervenção;
- e) Avaliar a tipologia da “Ordem de Serviço” emitida e, se necessário, solicitar a alteração da mesma ou dar a indicação da necessidade de trabalhos alternativos. No caso de serem necessários outros trabalhos, deverá o ADJUDICATÁRIO solicitar de imediato à ABMG, para “endereço” (ou telefone) a ser definido, a alteração da “Ordem de Serviço” para efetuar o correspondente serviço;
- f) Em caso de necessidade, a ABMG poderá solicitar fotografias para melhor avaliar a necessidade das alterações comunicadas no ponto anterior;
- g) Fotografar o local tendo em atenção para que seja possível, através desse registo fotográfico, verificar as condições anteriores à intervenção. É especialmente importante que seja possível verificar a leitura do contador e o estado das tubagens e da caixa do contador. Se necessário poderão ser tiradas várias fotografias;
- h) Manter a válvula de seccionamento inviolável colocada a montante do contador, bem como a válvula de seccionamento, colocada a jusante do contador, fechadas;
- i) Fornecer e aplicar os contadores e acessórios necessários, designadamente, com as anilhas de vedação e ligadores/ uniões;
- j) Colocar o contador no local adequado com a direção certa e conforme “Ordem de Serviço” da ABMG;
- k) Realizar os apertos necessários, confirmando que estão perfeitamente estanques;
- l) Passar o arame de selar pela peça de ligação, pelo contador e pelo selo personalizado (a fornecer pela ABMG) em local frontal ao contador;

- m) Os contadores deverão ser selados com selo fornecido pela ABMG e com arame de selar, em inox de 0,66mm, fornecido pelo ADJUDICATÁRIO;
- n) Manobrar a válvula de ramal (se aplicável);
- o) Realizar e verificar o teste de funcionamento do novo contador, bem como o correto fornecimento de água ao Cliente;
- p) Realizar a leitura do contador substituído e registar o respetivo valor na “Ordem de Serviço” e no impresso de registo de leitura, entregando-o ao Cliente ou, na ausência deste, colocando-o por baixo da tampa do contador;
- q) Registar todos os dados do contador colocado, preenchendo para o efeito todos os campos do documento “Ordem de Serviço” da ABMG;
- r) No caso de o contador ser retirado ou substituído por um novo, deverá ser entregue ao Cliente um documento (modelo a definir pela ABMG) ou cartão próprio e do qual conste a indicação do valor do consumo registado no aparelho substituído e no que fica instalado no local;
- s) Os contadores substituídos deverão ser entregues à ABMG, nos Serviços Centrais, em Rua de São Pedro – Pavilhão Multiusos da Carapinheira, 3140 – 099 Carapinheira, no prazo máximo de 5 dias úteis após a retirada.

CLÁUSULA 35ª – REGRAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A SUBSTITUIÇÃO DE TUBAGENS

- 1 – Os materiais, acessórios e tubagens devem ser, obrigatoriamente, homologados por entidades credenciadas e aprovados pela ABMG.
- 2 – No respeitante às instalações que, antes da operação de substituição de contadores, denotem sinais evidentes de que se encontram em deficiente estado de conservação, aconselhando tecnicamente uma intervenção supletiva sobre elas, o técnico deverá informar a ABMG da circunstância, devendo o serviço ser suspenso. A realização de um serviço, mantendo-se a tubagem em mau estado e sem o Cliente estar informado, é considerado um serviço executado incorretamente.

CLÁUSULA 36ª – REGRAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A LIMPEZA DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1 – Após a realização do serviço, deverá ser executada, pelo técnico do ADJUDICATÁRIO, a limpeza do local de trabalho, com as superfícies envolventes devidamente secas e limpas. Nos nichos dos contadores, ou nas salas das baterias dos contadores, não deverão ser deixados os plásticos de proteção dos contadores, as tampas de proteção das roscas, anilhas novas ou usadas, selos novos ou usados, panos ou trapos ou outros quaisquer objetos que pertençam à ABMG ou ao ADJUDICATÁRIO. A realização de um serviço, sem os cuidados acima referidos, é considerada um serviço executado incorretamente.

CLÁUSULA 37ª – AVARIAS DURANTE A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1 – É da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO a resolução de avarias que decorram durante a realização do serviço, da forma mais rápida e mais eficaz, designadamente, substituindo as canalizações e ou torneiras avariadas sem quaisquer encargos para o Cliente.
- 2 – Destas avarias, não pode resultar qualquer deficiência no abastecimento do Cliente, a não ser durante o espaço de tempo estritamente necessário para a reparação das avarias.
- 3 – Eventuais danos emergentes ou consequência destas avarias são da inteira responsabilidade do ADJUDICATÁRIO, que os deve assumir imediatamente perante os lesados.

CLÁUSULA 38ª – CONTADORES DANIFICADOS

- 1 – No caso de contadores que forem encontrados danificados, o técnico deverá alertar o Cliente para o facto, solicitando-lhe a assinatura de termo de responsabilidade, no qual o Cliente reconheça a situação.
- 2 – Se o Cliente se recusar a reconhecer a situação ou se estiver ausente, o técnico deverá substituir o contador e registar a ocorrência com detalhe, dando conhecimento ao Cliente de que a ABMG irá atuar e que pode vir a tomar as medidas que considerar adequadas.

CLÁUSULA 39ª – DETEÇÃO DE SITUAÇÕES FRAUDULENTAS

O técnico do ADJUDICATÁRIO deverá alertar a ABMG de imediato se detetar consumo fraudulento no local ou no prédio a que inicialmente se deslocou para a realização do serviço, não procedendo à substituição do contador.

CLÁUSULA 40ª – MEIOS TÉCNICOS E HUMANOS A AFETAR À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES

1 – Meios técnicos a afetar à prestação de serviços de substituição e instalação de contadores

1.1 – Relativamente a viaturas, deverá ser afeta, no mínimo, 1 (uma) viatura mista para os técnicos, por cada equipa de 2. Em função do volume de trabalhos a realizar, o número de viaturas a disponibilizar à prestação de serviços deverá ser ajustado.

1.2 – Cada viatura dos técnicos deverá conter todas as ferramentas e acessórios adequados à prestação dos serviços, como por exemplo: “racord”, “válvulas de selar”, extensivos, válvulas de esfera, etc., para os vários diâmetros de tubagem e tipos de constituição de tubagem, e permitir o correto acondicionamento dos contadores.

2 – Meios humanos (mínimos) a afetar à prestação de serviços de substituição e instalação de contadores

2.1 – **1 (Um) Gestor de Contrato/ Gestor de Projeto**, o qual terá funções de planeamento e controlo da execução do CONTRATO/ Projeto, garantindo a execução continuada e consistente dos serviços de assistência técnica domiciliária de água e/ ou substituição de contadores de água para consumo humano, respeitando o CE, promovendo um contacto diário, atempado e assertivo com o supervisor e com os técnicos da ABMG, devendo ainda possuir, cumulativamente, no mínimo, as seguintes habilitações:

- i) 12.º ano de escolaridade;
- ii) Experiência profissional como Gestor de projeto de serviços de assistência técnica domiciliária de água e/ ou substituição de contadores de água para consumo humano.

2.2 – **1 (Um) Supervisor/ Coordenador de equipas**, o qual terá funções de supervisão de equipas a operar no terreno e interface com o Gestor de Contrato/ Gestor de Projeto, devendo, ainda, possuir, cumulativamente, no mínimo, as seguintes habilitações:

- i) 9.º ano de escolaridade;
- ii) Experiência profissional como Supervisor de equipas na prestação de serviços de assistência técnica domiciliária de água e/ ou substituição de contadores de água para consumo humano.

2.3 – **1 (Um) Técnico de Back-Office**, o qual terá funções de natureza administrativa, assegurando a receção, tratamento e encaminhamento de serviços e de técnicos, articulação com Clientes, devendo, ainda, possuir, cumulativamente, no mínimo, as seguintes habilitações:

- i) 9.º ano de escolaridade;
- ii) Experiência obrigatória em áreas similares de “back-office” de contratos de prestação serviços de assistência técnica domiciliária de água e/ ou substituição de contadores de água para consumo humano.

2.4 – **4 (quatro) Técnicos**, os quais realizarão os trabalhos de campo de substituição de contadores, devendo ainda possuir, cada um deles, cumulativamente, no mínimo, as seguintes habilitações:

- i) 9.º ano de escolaridade;
- ii) Experiência obrigatória na prestação de serviços de assistência técnica domiciliária de água e/ ou substituição de contadores de água para consumo humano.

2.5 – Constitui requisito indispensável para que a ABMG autorize a substituição de qualquer elemento da equipa técnica, que o(s) novo(s) técnico(s) detenha(m) qualificações e experiência profissional iguais ou superiores às do(s) técnico(s) a substituir.

2.6 – A ABMG pode obstar à substituição de técnicos quando entenda que o(s) novo(s) técnico(s) a afetar não atinge(m) os padrões desejados e/ ou satisfaz(em) os objetivos, visão, estratégia e valores da ABMG.

CLÁUSULA 41ª – QUANTIDADES ESTIMADAS

1 – No primeiro ano de CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá proceder ao fornecimento de até 1.000 contadores, de acordo com as quantidades, diâmetros e preços unitários constantes do ponto 4 da LPU, mediante requisição expressa da ENTIDADE CONTRATANTE.

2 – No prazo de 3 (três) meses após o início da execução do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá proceder ao fornecimento e substituição dos contadores que atualmente se encontram com avaria e com “Ordem de Serviço” para substituição:

I – Concelho de Mira

Freguesia	Quantidade
Carapelhos	1
Mira	30
Praia de Mira	24
Seixo	5
Total	60

II – Concelho de Montemor-o-Velho

Freguesia	Quantidade
Arazede	60
Carapinheira	39
Ereira	4
Liceia	15
Meãs do Campo	26
Pereira	26
Santo Varão	27
Seixo de Gatões	23
Tentúgal	24
União das freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	25
União das freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões	36

Total	305
--------------	-----

III – Freguesias do Concelho de Soure

Freguesia	Quantidade
Alfarelos	7
Figueiró do Campo	17
Granja do Ulmeiro	16
Samuel	7
Soure	60
União das freguesias de Degraças e Pombalinho	12
União das freguesias de Gesteira e Brunhós	27
Vila Nova de Anços	5
Vinha da Rainha	5
Total	156

3 – No âmbito do Programa de Substituição de contadores por antiguidade, o ADJUDICATÁRIO deverá proceder ao fornecimento e substituição dos contadores seguintes, num ritmo previsível de 3.000 (três mil) unidades por ano:

I – Concelho de Mira

Freguesia	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Carapelhos	0	0	70
Mira	361	255	730
Praia de Mira	387	323	343
Seixo	100	116	52

II – Concelho de Montemor-o-Velho

Freguesia	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Arazede	90	411	230
Carapinheira	121	120	98
Ereira	46	26	27
Liceia	0	83	33
Meãs do Campo	85	54	46
Pereira	170	50	81
Santo Varão	59	53	100
Seixo de Gatões	14	53	142
Tentúgal	66	49	158
União das freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	96	62	94
União das freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões	149	137	185

III – Freguesias do Concelho de Soure

Freguesia	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Alfarelos	16	54	52
Figueiró do Campo	45	45	37
Granja do Ulmeiro	21	68	95
Samuel	62	90	26
Soure	746	497	299
Tapéus	81	25	6
União das freguesias de Degraças e Pombalinho	21	309	37
União das freguesias de Gesteira e Brunhós	104	32	18
Vila Nova de Anços	39	52	15
Vinha da Rainha	121	36	26

4 – As quantidades previstas no número anterior poderão ser aumentadas a pedido da ABMG, antecipando o prazo de conclusão do CONTRATO.

5 – Além das quantidades previstas no número 3, a executar no ano 1, o ADJUDICATÁRIO deverá ainda proceder, no mesmo período, à substituição dos seguintes contadores DN13 não abrangidos pelo programa de substituição por antiguidade (os contadores a instalar nesta substituição serão Q3 2.5 m3/h, DN 15).

I – Concelho de Mira

Freguesia	Quantidade
Carapelhos	3
Mira	104
Praia de Mira	156
Seixo	14
Total	277

II – Concelho de Montemor-o-Velho

Freguesia	Quantidade
Arazede	1
Carapinheira	1
Ereira	0
Liceia	1
Meãs do Campo	1
Pereira	2
Santo Varão	2
Seixo de Gatões	0
Tentúgal	3
União das freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	0
União das freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões	4
Total	15

III – Freguesias do Concelho de Soure

Freguesia	Quantidade
Alfarelos	0
Figueiró do Campo	3
Granja do Ulmeiro	4
Samuel	1
Soure	9
Tapéus	1
União das freguesias de Degraças e Pombalinho	-
União das freguesias de Gesteira e Brunhós	-
Vila Nova de Anços	-
Vinha da Rainha	3
Total	21

CLÁUSULA 42ª – ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO

- 1 – As entregas serão efetuadas ao longo do CONTRATO, mediante “Notas de Encomenda” parciais, de acordo com as necessidades da ABMG.
- 2 – Todos os contadores, incluindo os que se destinam a ser instalados pelo ADJUDICATÁRIO, devem ser previamente entregues nos Serviços centrais da ABMG, sitos em Rua de São Pedro – Pavilhão Multiusos da Carapinheira, 3140 – 099 Carapinheira, conforme vier a ser indicado nas “Notas de Encomenda”, em transporte do ADJUDICATÁRIO, devendo ser entregue à ABMG uma listagem com os números de série dos contadores entregues em cada pedido.
- 3 – Os artigos não conformes com as características/ qualidade dos propostos e aceites, serão devolvidos ao FORNECEDOR que procederá à sua substituição, no prazo de 15 dias, sendo deste os encargos daí resultantes.
- 4 – O ADJUDICATÁRIO obriga-se a disponibilizar, simultaneamente, com a entrega dos bens objeto do CONTRATO, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

5 – Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do CONTRATO, e respetivos documentos para o local de entrega, são da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO. Para o acompanhamento da execução do CONTRATO, a ABMG convocará as reuniões necessárias de coordenação com o ADJUDICATÁRIO, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

CLÁUSULA 43ª – RECEÇÃO DOS BENS OBJETO DO CONTRATO

1 – Efetuada a entrega de cada um dos lotes dos equipamentos objeto do CONTRATO, a ABMG procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar se correspondem às quantidades estabelecidas na respetiva encomenda e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos operacionais definidos em CE.

2 – Durante a fase de verificação, e eventual realização de ensaios, que não poderá ter uma duração superior a 15 (quinze) dias, o ADJUDICATÁRIO deve prestar à ENTIDADE CONTRATANTE toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização dos ensaios, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

CLÁUSULA 44ª – INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

1 – No caso de a inspeção qualitativa prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do CONTRATO, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente CE, a ENTIDADE CONTRATANTE deve informar, por escrito, o ADJUDICATÁRIO.

2 – Por forma a dirimir as dúvidas suscitadas sobre a conformidade e operacionalidade dos bens, será uma amostra aleatória dos mesmos sujeita a realização de ensaios de pressão e caudal, de acordo com as normas legais aplicáveis, em laboratório devidamente credenciado para o efeito.

3 – Os encargos com a realização dos ensaios previstos no número anterior, devidamente comprovados, são da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO.

4 – No caso de os testes realizados em laboratório comprovarem a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Cláusula 47ª, a ABMG, deve disso informar, por escrito, o FORNECEDOR.

5 – Quando os ensaios de receção dos contadores determinem a rejeição do lote, o FORNECEDOR deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela ABMG, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

6 – Após a realização das substituições necessárias pelo FORNECEDOR, no prazo respetivo, a ABMG deverá proceder de novo a ensaios de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

CLÁUSULA 45ª – ACEITAÇÃO DOS BENS

1 – Comprovada a total operacionalidade dos bens objeto do CONTRATO, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula 47ª do presente CE, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de finalização dos ensaios, um auto de receção, assinado pelos representantes do ADJUDICATÁRIO e da ABMG.

2 – Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do CONTRATO para a ABMG, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o ADJUDICATÁRIO.

3 – A assinatura do auto não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do CONTRATO com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Cláusula 47ª deste CE.

CLÁUSULA 46ª – GARANTIA TÉCNICA

1 – Nos termos da presente cláusula, o ADJUDICATÁRIO garante os bens objeto do CONTRATO, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula 47ª do presente CE, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 – A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O Fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- d) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- e) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- f) A mão-de-obra;
- g) Serviços de reposição das configurações de funcionamento.

3 – No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a ABMG tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o ADJUDICATÁRIO, para efeitos da respetiva reparação ou substituição.

4 – A reparação ou substituição, previstas na presente cláusula, devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela ABMG, e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

CLÁUSULA 47ª – CARACTERÍSTICAS DOS CONTADORES

1 – Contadores de água fria potável

Os contadores a fornecer deverão cumprir integralmente as determinações do Decreto-Lei n.º 45/2017, de 27 de abril, que aprova os requisitos essenciais dos instrumentos de medição, nomeadamente, dos contadores de água limpa, fria ou quente, para uso doméstico, comercial ou da indústria ligeira, e obedecer ainda às seguintes características:

1.1 – Características comuns a todos os contadores:

1.1.1 – Os contadores a fornecer devem apresentar, de forma indelével e legível, as seguintes marcações:

- Unidade de medição: m³;
- Seta indicadora do sentido de escoamento;
- Marca registada e/ ou indicação do fabricante;

- Marca de conformidade “CE”, nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2017, de 27 de abril;
- Modelo e/ ou tipo de contador;
- Caudal permanente Q3;
- Relação Q3/Q1 (R);
- Classe de perda de pressão, quando diferente de ΔP 63;
- Diâmetro nominal (DN);
- Letra(s) normalizada(s), correspondente(s) à posição de montagem;
- Ano e número de série de fabrico.

1.1.2 – As superfícies superiores ou inferiores das tampas não podem ser utilizadas para qualquer das marcações acima indicadas.

1.2 – Características específicas de cada contador:

Os contadores a fornecer deverão ser todos da mesma marca e terão de obedecer às seguintes características, em função do diâmetro, sendo excluídos os que não as satisfaçam:

- O Contador deve ser construído com materiais que apresentam adequada resistência mecânica e química às condições reais da água a medir, e não devem apresentar toxicidade ou transmitir sabor, odor ou cor à água;
- Sistema de medição volumétrica do tipo êmbolo rotativo;
- Aprovação de modelo segundo MID ou equivalente;
- Corpo do contador em latão, contendo pelo menos 60% de cobre, ou em compósito;
- Fator R (relação Q3/Q1) terá de ser igual ou superior a R500;
- Pressão Nominal – PN 16;
- Filtro em inox, de geometria cônica, instalado na tubagem de entrada do contador;
- Válvula antirretorno, instalada na tubagem de saída do contador;
- Posição de instalação – qualquer (exemplo: horizontal, vertical);
- Classe de sensibilidade ao escoamento – U0D0;
- Filtro de partículas interno para prevenir o bloqueio da câmara volumétrica por partículas em suspensão;
- Transmissão magnética com proteção contra influências externas;
- Conformidade: atestada por selo com as marcas de Primeira Verificação;

- Totalizador hermeticamente fechado, com índice de proteção IP 68, totalmente seco, contido num invólucro circular, o qual deve ser orientável, de modo a que possa ser colocado na posição de leitura mais conveniente (possibilidade de rotação próxima dos 360.º);
- Totalizador com capacidade de leitura de, pelo menos, até 9 999 m³ (DN 15 e DN 20), e até 99 999 m³ (restantes DN), com retorno a zero;
- O totalizador deve estar equipado com sistema para deteção de tentativas de fraude, através de compressão do totalizador;
- O totalizador deverá apresentar um sistema que permita, permanentemente, a realização da leitura, sem mecanismo auxiliar de limpeza;
- O totalizador deverá estar pré-equipado de base para acoplamento de emissor de impulsos;
- A Selagem do contador deverá ser tal que impeça a desmontagem do mesmo, sem danos.

Características específicas de cada contador:

DN			15	20	20	25	30/32	40
Rácio Q3/Q1	R		≥ 500	≥ 500	≥ 500	≥ 500	≥ 500	≥ 500
Caudal Permanente	Q3	(m ³ /h)	2,5	2,5	4	6,3	10	16
Caudal Sobrecarga	Q4	(m ³ /h)	Q3 x 1,25					
Caudal de Transição	Q2	(m ³ /h)	Q1 x 1,6					
Caudal arranque	Q1	(m ³ /h)	Q3 / R					
Ligação	DN	(pol.)	¾"	1"	1"	1 ¼"	1 ½"	2"
Dimensões	L	(mm)	110 a 190	110 a 190	165 a 190	198 a 260	≤ 260	≤ 300

1.3 – Marcações

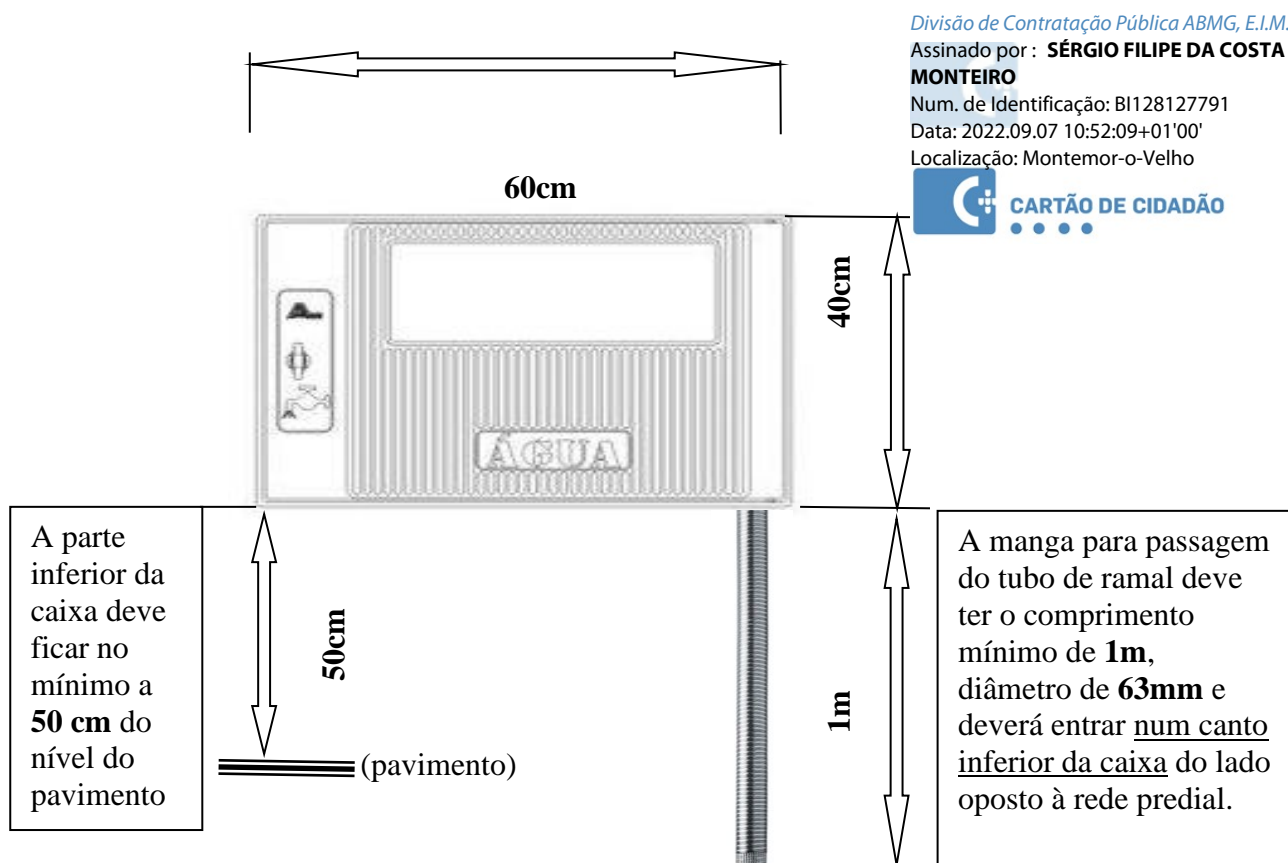
O contador deve apresentar, de forma indelével e legível, as seguintes marcações:

Logotipo da ABMG:

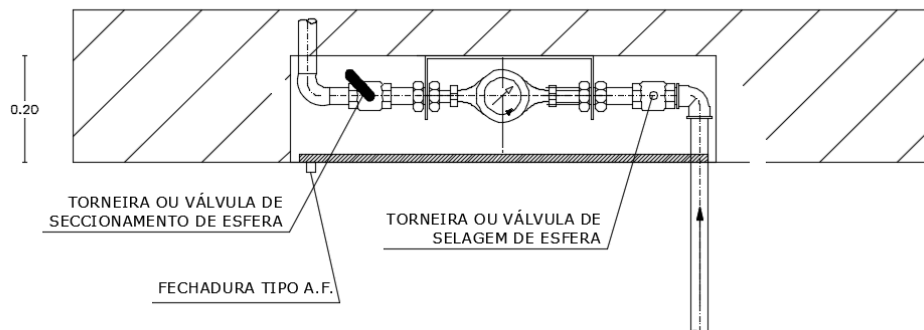


INSTALAÇÃO DA CAIXA DE CONTADOR DE ÁGUA

DIMENSÕES MINIMAS OBRIGATÓRIAS (art.º 52 do RSAASSAR)



PLANTA



A rede predial deve chegar à caixa de contador a uma altura de 10cm da parte inferior da caixa. O utilizador deve garantir a sua estanquicidade até a montagem do contador.